

## Fé na estrada

Em cima de um caminhão,  
padre Miguel reza missa  
pelos caminhos do Brasil

### Alcântara

Progresso não  
chegou com os foguetes

### Entrevista

Maria Lucia Baiana, resistência às  
injustiças contra crianças e adolescentes



foto realizada pela mestranda Gabriela Freitas no campus da UnB

## EM 2009 A FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA CELEBRA OS 35 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ICC Norte - Faculdade de Comunicação - Subsolo  
Campus Darcy Ribeiro - Brasília - DF  
[www.fac.unb.br](http://www.fac.unb.br) | [poscom@unb.br](mailto:poscom@unb.br)  
telefone: (61) 3107-6541

**35**  
anos

Pós-Graduação  
em Comunicação

Faculdade de Comunicação  
Universidade de Brasília

Esta quinta edição da **CampusRepórter** traz uma série de viagens, a começar pela reportagem de capa, que por 400 quilômetros entre Goiás e Minas Gerais, acompanhou o dia-a-dia de padre Miguel, missionário caminhoneiro, da Pastoral Rodoviária.

Do Maranhão, trazemos a história do embate entre o direito imemorial à terra pelos quilombolas e o direito ao desenvolvimento tecnológico, com a expansão da base espacial de Alcântara. Foram duas semanas de mototáxi superando montes de areia e travessia de rios, para chegar às comunidades distantes como Baracatuiua, que não tem luz elétrica, mas conseguiu levar a questão à ONU.

Em duas outras reportagens tratamos de viagens truncadas pela não-comunicação. Do Chile, o tema da migração de peruanos é ponto de partida para falar de resignação, sonhos e frustrações de pessoas que falam e não falam a mesma língua. A reportagem sobre autismo traz outra problemática de incompreensão, a história de pessoas diferentes, que não conseguem se relacionar com este planeta.

Também fizemos uma viagem no tempo, para entender o que os 50 anos da inauguração de Brasília representaram para o cerrado, e por que o lobo guará, animal símbolo da capital, está em situação vulnerável. Na entrevista, a professora Maria Lucia Pinto Leal, fala de 25 anos de trabalho com crianças e adolescentes que têm os direitos violados. O espaço destinado à literatura, traz pequenas crônicas de Edmundo Brandão.

A literatura é parte integrante desta edição. Uma carta de Guimarães Rosa aos pais, de 1957, sobre a epopeia da construção de Brasília, traz luz sobre a relação natureza e progresso; *Veias Abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano, ajudou na compreensão das relações entre chilenos e peruanos; *A noite sobre Alcântara*, de Josué Montelo, uma obra de 1978 com uma descrição da cidade no século XIX, mostrou-se retrato fiel do lugar onde hoje vivem os quilombolas.

Nesta edição decidimos manter a logomarca criada especialmente para a revista. A partir de uma letra 'O', a fonte **CampusRepórter** foi desenvolvida pela estudante de Desenho Industrial Talita Ferreira. A pesquisa esteve presente também no trabalho de nossas equipes de diagramação e fotografia na procura por textura, cor e elementos gráficos capazes de dialogar com as reportagens. Boa Leitura!

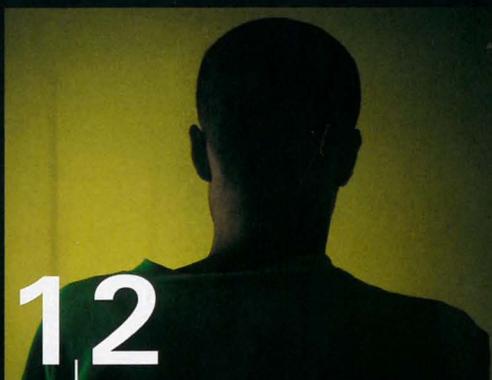
**Márcia Marques**  
Editora Executiva

# índice



06

Do outro lado  
da fronteira

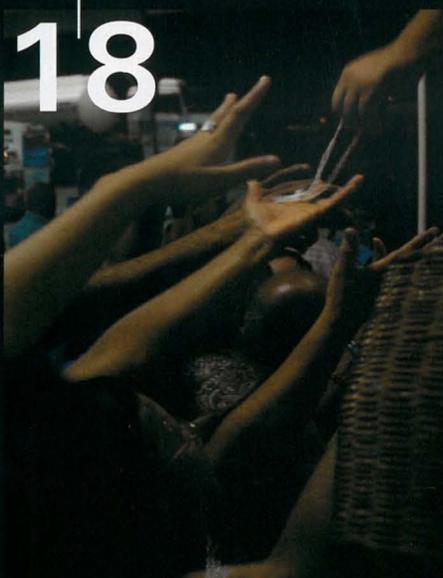


12

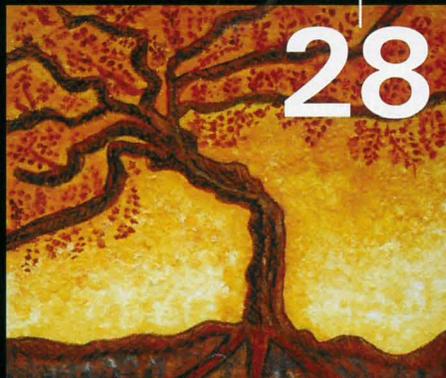
Caí no  
planeta errado

18

Na boleia  
do caminhão



50 anos  
no Cerrado



28

ilustração de Dione Moura

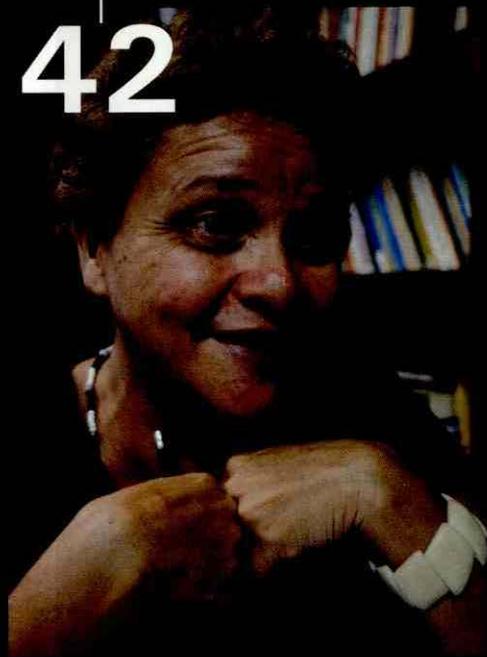


36

A fome do progresso

Entrevista  
Baiana Guerreira

42



Cronículas  
Edmundo Brandão

48



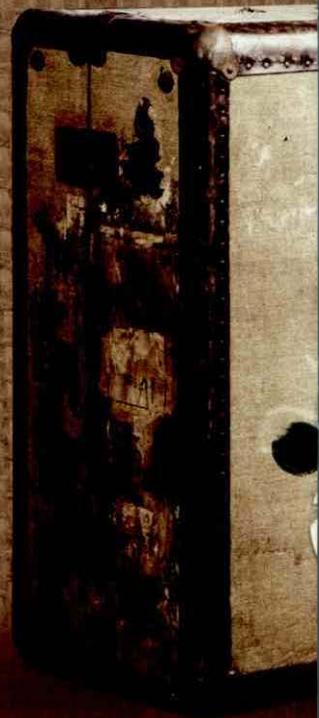
CHILE  
POLICIA INTERNACIONAL  
ENT 15. MAR  
45 ARTURO MERINO  
BENITEZ

# DO OUTRO LADO DA FRONTEIRA



Texto Felipe Néri  
Fotos Naiara Leão  
Diagramação Talita Ferreira

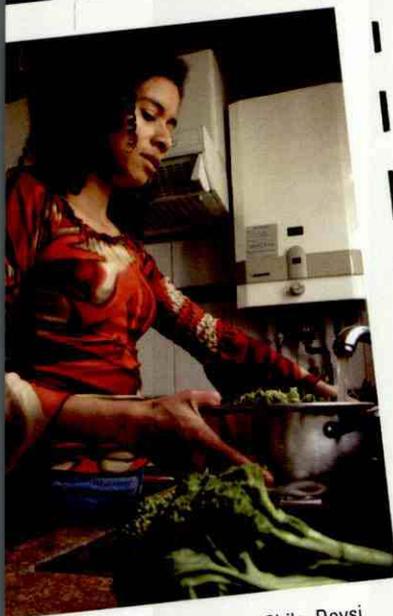
Aos 29 anos, Deysi Marreros enfrentava uma fila de controle migratório pela primeira vez. Vestida de executiva, sabia de cor o discurso recomendado pela agência de viagens peruana. Nada poderia dar errado até que Deysi saísse da área de desembarque internacional do aeroporto de Santiago, capital do Chile. Caso contrário, voltaria ao Peru desempregada e sem o dinheiro prometido aos pais.





Os 500 dólares (cerca de R\$ 900) que Deysi havia conseguido emprestado foram empilhados com uma nota de cem na frente e o resto misturado em cédulas de dez e de cinco. A carteira da moça de pele morena e cabelo crespo deveria ser volumosa para provar que a viagem de Lima, capital do Peru, a Santiago tinha fins meramente turísticos. “O policial de imigração me olhou com desconfiança e perguntou repetidamente o que eu estava fazendo aqui. Eu sabia que não podia hesitar”, relembra.

Deysi mora em Santiago desde 2002, onde trabalha como empregada doméstica. Ao entrar no país, poderia permanecer como turista apenas 90 dias, por não ter um contrato de trabalho. Apesar de hoje possuir visto de residência permanente, não se esquece dos decisivos cinco minutos diante da polícia de imigração. Naquele dia, ela se tornava parte dos cerca de 110 mil peruanos que vivem no Chile e formam a maior comunidade estrangeira neste território. Deles, 82 % moram na capital chilena, metrópole com aproximadamente 6 milhões de habitantes.



Depois de sete anos no Chile, Deysi Marreros conseguiu o visto permanente

Desde o final da década de 1990, o Chile recebe uma leva de migrantes peruanos, 80% deles oriundos do departamento de La Libertad, onde estão as duas províncias mais pobres do Peru. Em 2005, o Chile registrava 16,5 milhões de habitantes, PIB anual per capita de US\$ 14,5 mil e crescimento econômico de 6% (3,2% no Brasil).

### No quintal do vizinho rico

O motivo para o elevado fluxo migratório é fácil de entender. De acordo com o Cônsul Adscrito do Peru em Santiago, Raúl Gallegos, a grande oferta de emprego é uma das principais razões para a entrada de peruanos. Somado a isso, tem-se a proximidade geográfica e a existência do mesmo idioma, o castelhano. “O Peru é o principal beneficiado com as facilidades dadas pelo governo chileno aos imigrantes. No início, a aceitação dos peruanos pelos chilenos era difícil, mas agora há um processo de integração”, afirma o Cônsul.

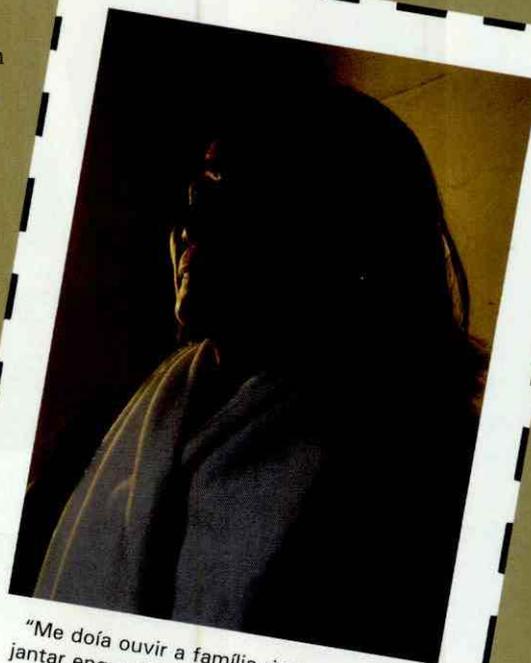
No Chile, as peruanas se acostumaram a trabalhar cerca de 12 horas por dia, de segunda-feira a sábado, e a morar nas casas das famílias de classe alta que as empregam. Os homens geralmente trabalham na construção civil e dividem quartos com compatriotas em casas antigas do centro de Santiago. A maioria concluiu o ensino secundário.



Celinda Segundo, 56 anos, nasceu em Chiclayo, costa norte do Peru, e chegou ao Chile em 2003. Só agora conseguiu o emprego sonhado: *asesora del hogar puerta afuera*, como são chamadas as empregadas domésticas que não dormem na casa da família. Para ela, que trabalhou *puerta adentro* por seis anos, é uma vitória estar no próprio espaço todas as noites e menos ligada à vida da patroa.

Além do interrogatório da polícia de imigração ao entrar no país, Celinda lembra de outra humilhação: quando acusada de roubo por outra empregada da primeira casa onde trabalhou. “Os chilenos são racistas, não nos querem aqui”, afirma.

Nas redondezas de Santiago há forte presença espanhola, além de europeus que chegaram depois da década 1940. “O restante do país tem ascendência indígena”, conta a jornalista Rosana Bond, que



“Me doía ouvir a família rindo na sala de jantar enquanto eu comia só, na cozinha, pensando nos oito filhos que deixei”  
Celinda Segundo

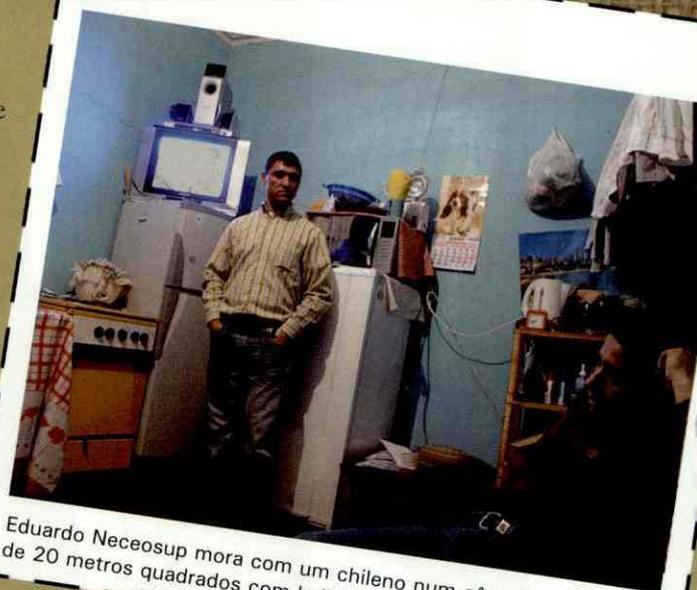


Todos os dias Victor Miñano encontra outros migrantes em busca de emprego na Plaza de Armas, em Santiago

escreveu livros-reportagem em que pesquisou o assunto.

Victor Miñano, 50 anos, mudou-se para o Chile em 2001. Desempregado, o peruano acostumou-se com o olhar depreciativo dos chilenos que o veem sentado no banco da Plaza de Armas, centro histórico de Santiago e ponto de encontro diário de umas três dezenas de imigrantes em busca de trabalho.

A situação financeira do eletricista Victor é oposta à da esposa, que migrou para o Japão em 2004, com o dinheiro que o marido conseguiu juntar no Chile. O casal está separado há cinco anos por 17,5 mil quilômetros de oceano. A esposa, que trabalha numa fábrica automobilística, conseguiu comprar um apartamento na cidade japonesa de Nagoia. Eles não sabem quando se veem novamente.



Eduardo Neceosup mora com um chileno num cômodo de 20 metros quadrados com beliche, tv e geladeira

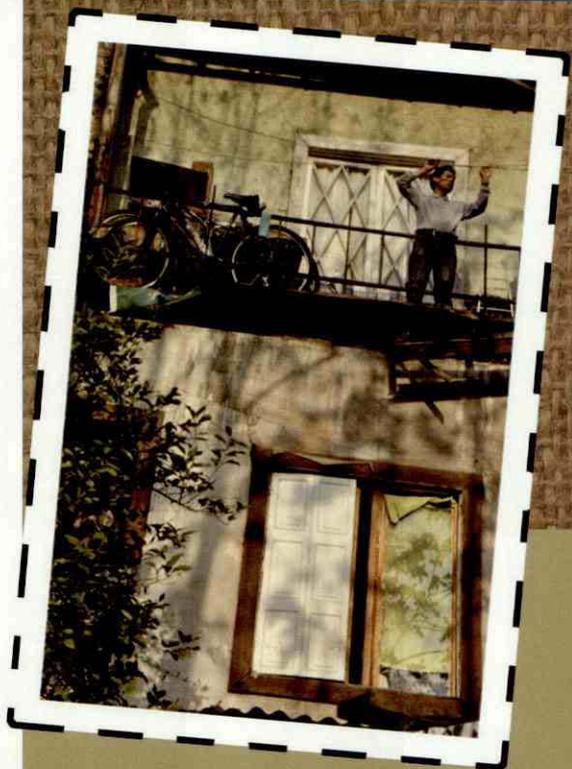


### Tentativa de integração

O Consulado do Peru em Santiago estima que há um aumento médio anual de 10 % no número de peruanos que decidem arriscar a vida no Chile. Essa comunidade possui uma meta em comum: juntar dinheiro, enviar remessas à família e voltar à pátria com uma poupança que permita montar um negócio. Esses desejos se assemelham aos dos mexicanos que migram para os Estados Unidos, dos africanos que atravessam o Mediterrâneo para chegar à Europa e dos brasileiros que saem do Nordeste em busca de trabalho nas metrópoles do Sudeste.

No Chile, o Departamento de Extranjería y Migración, vinculado ao Ministério do Interior, é responsável pelo controle dos imigrantes que chegam ao país. De acordo

com Reginaldo Flores, chefe da seção de estudos do órgão, o atual governo chileno recebe bem os estrangeiros. Prova disso são as facilidades concedidas para que eles se regularizem, o que resulta num número de imigrantes ilegais abaixo de 5 % do total. O visto de turista, válido por 90 dias, é trocado por um de residência temporária quando o imigrante possui um contrato de trabalho. “O trabalho dos peruanos aqui é mais complementar que competitivo, pois eles assumem cargos que geralmente são menos exercidos pelos chilenos”, afirma Flores. No entanto, segundo o pesquisador Roberto González, da Escola de Psicologia da Pontifícia Universidad Católica do Chile, faltam medidas de integração. “É necessário que haja políticas capazes de promover encontros culturais entre esses dois grupos, pois só por meio do contato o preconceito pode diminuir”, destaca o professor. Um estudo recente de González aponta que um terço dos chilenos prefere que os peruanos se mantenham marginalizados no país.



“Considero o Chile a minha família”, diz Eduardo

### “O melhor país da América do Sul”

Mesmo em uma sociedade que parece hostil para alguns, há quem acredite ter encontrado a terra prometida. Eduardo Neceosup é um dos peruanos que só veem motivos para comemorar. Aos 35 anos, o manipulador de alimentos mora num prédio antigo, como a maioria dos demais compatriotas. No cômodo onde ele dorme, com cerca de 20 metros quadrados, há um beliche, TV, fogão e geladeira. Mas, diferentemente do que ocorre com os demais imigrantes, quem divide o quarto com ele é um chileno.

“Trabalho numa empresa em que sou o único peruano em meio a 99 chilenos. Considero o Chile a minha família”, alegra-se. Na parede do quarto, ele tem colada uma foto sua no porto de Valparaíso, o maior do país. Eduardo não pretende voltar para o Peru e acredita que já encontrou o melhor lugar da América do Sul para viver. Ele está juntando dinheiro para abrir um restaurante, no Chile, e comprar uma casa com dois quartos, para hospedar pai e mãe. “A razão que eu teria para voltar são os meus pais. Eles vêm me visitar em janeiro. Eu ficaria feliz se eles se adaptassem à vida aqui e ficassem.” ♦

# Caí no planeta errado

Texto Núbia Lima  
Fotos Alexandre Bastos  
Diagramação Leonardo Muniz

Arthur Carvalho Leite nasceu em julho de 1984. Maria das Graças Carvalho, a Graça, estava inquieta antes do parto, afinal aos oito meses de gestação ela sofreu uma queda em um buraco. O corpo acabou sustentado pela barriga, que não passou pelo buraco. Foi ao médico para garantir que Arthur nasceria saudável. “Fiz ecografia, e não deu em nada. E o susto de ter acontecido alguma coisa com meu filho passou”.

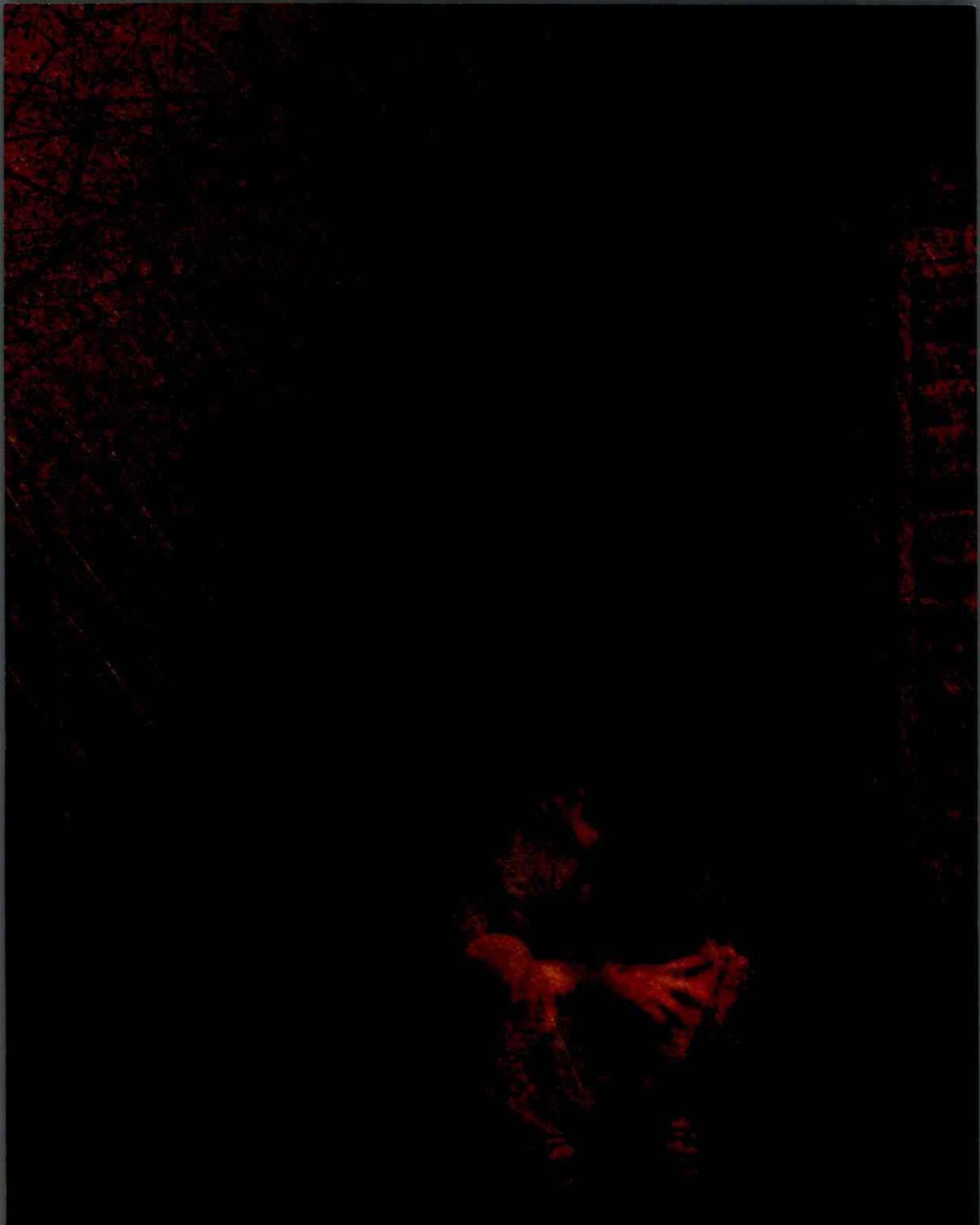


Ilustração de Leonardo Muniz a partir de fotografia de Alexandre Bastos na Associação dos Amigos dos Autistas (AMA-DF)

na área de autismo, diz que o balançar e o girar proporcionam prazer. “Então, pra que tirar esses movimentos? Se alguém quiser tirar, que ofereça algo mais prazeroso”, sugere a professora, que não limita os atos da filha autista, Bruna, pelo menos no que acredita não fazer mal a ela.

### O que fazer

No caso de agressão, a regra é reagir. Se Bruna está em um ambiente desconhecido e agitado, ela não tem tolerância e desencadeia a agressividade, até bate a cabeça contra a parede, lamenta Sebastia-

na. Bruna não reagia a remédios para controlar-se. Em 2007, a mãe optou por uma cirurgia que reduziu a agressividade da filha significativamente.

“Quando era pequeno, Felipe colocava as mãos na boca, batendo o dorso nos dentes. As mãos ficavam com imensos calos”, recorda o pai, Brito Lopes, que decidiu colocar luvas nas mãos do filho. Com o tempo, Felipe abandonou o gesto. Arthur Carvalho ainda morde os dedos até sangrar e, como outros autistas, não é sensível à dor.

Psicoterapia individual, psicanálise, terapia familiar

e da palavra, modificação de comportamento, educação especial, tratamentos residenciais, eletroconvulsoterapia, estimulação e isolamento sensorial, fonologia, equoterapia e musicoterapia são algumas formas de tratamento para o autismo, também conhecido como transtorno global do desenvolvimento. Sem falar em poções caseiras, rezas, promessas e outras credences populares. Mas nenhuma delas mostrou eficácia plena, nem sobreviveu ao implacável ‘teste de tempo’. O melhor remédio continua sendo invencível: a família. ❖



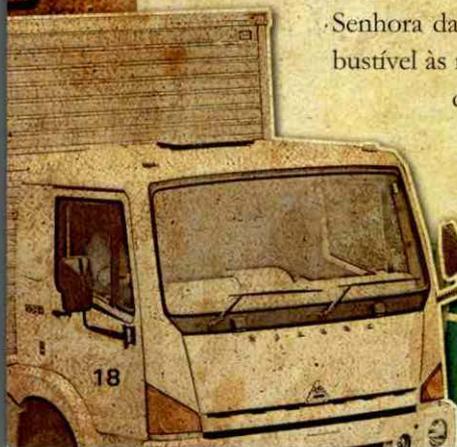
Lucas tem comportamento ausente, comum nos autistas



# Na Boleia do Caminhão

Texto Cristiano Zaia  
Fotos Lara Ovídio  
Diagramação Leonardo Muniz

Óleo no chão, óleo na bomba. Cheiro forte de gasolina por todos os lados. Uniforme: macacão e boné. Faróis para iluminar a rodovia quando o dia escurece. E caminhões. É caminhão de tudo que é jeito. Tem caminhão prancha, carreta, trucado, bitrem. Carga seca, pesada, de batata, soja, ferro, concreto. E muita gente: velho, criança, mulher, adulto, engomado ou de chinelo, calça jeans ou bermuda. Terço no pescoço, chave do veículo na mão. E também cálice, hóstia, túnica, crucifixo, versículo, altar, canto número três, salmo, comunhão, Jesus Cristo e Nossa Senhora da Estrada. Era para ser um posto de combustível às margens da BR. E é, mas com um misto de surpresa e fé que não constam do roteiro de um estradeiro.





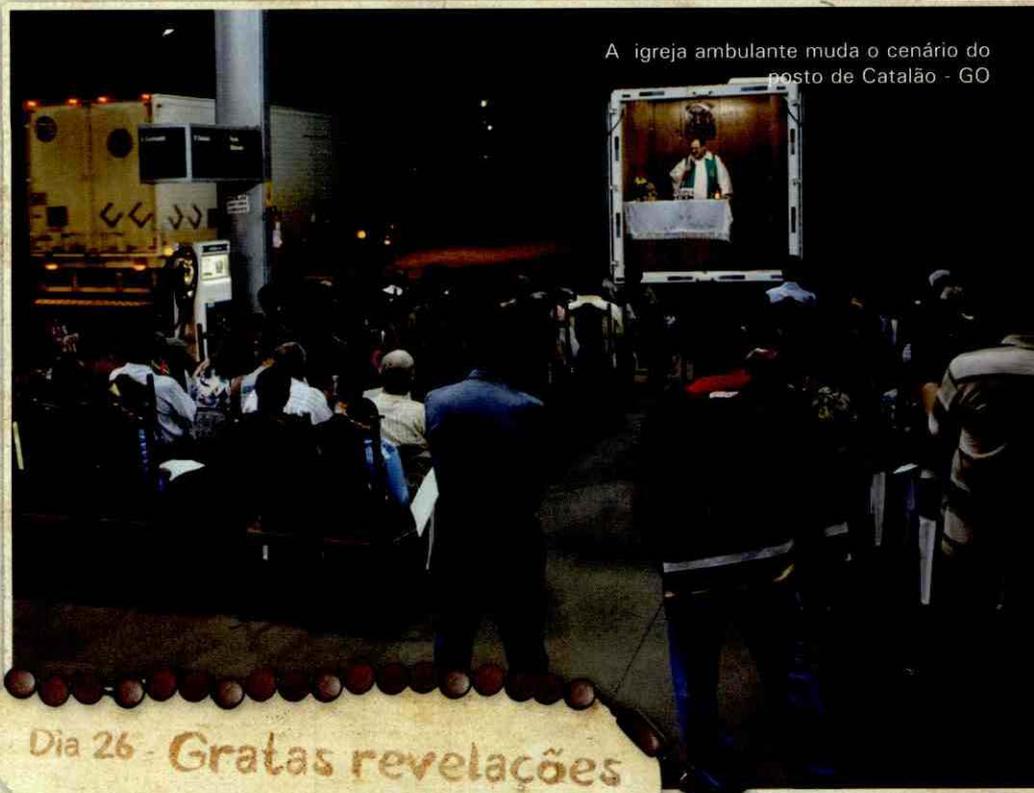
População João Pinheiro - MG e caminhoneiros acompanham, à noite, missa rodoviária

Uma cena bastante incomum à primeira vista, estranha os principais personagens da estrada, os profissionais do volante. Um caminhão-capela, parado de ré, metade igreja, metade Volkswagen Delivery, vindo de Curitiba-PR e com placa AOJ-8964, de repente agiganta-se à frente de uma das pistas de abastecimento, em pleno pátio de um posto há 27 km da pacata Catalão, no interior goiano.

São um pouco menos de oito horas da noite e o jovem caminhoneiro Everton Angélico de Souza sai do chuveiro frio e, mais uma vez, indignado de pagar R\$ 4 por um banho. Cabelos ainda molhados, o paulista da metrópole mais rica do país come alguma coisa e

volta para o seu carro ganha-pão. Afinal de contas, no dia seguinte, seguirá rumo ao município de Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, para descarregar argamassa. Mas um canto religioso chama a atenção daquele rapaz, que 26 anos atrás era batizado em Aparecida do Norte, templo da santa padroeira do Brasil. Resolve se aproximar e ver o que está acontecendo. Cruza os braços e franze a testa. Ele mal sabe que está defronte ao padre Miguel Staron, da Pastoral Rodoviária. “Hã, o que é isso? Engraçado, né?”, indaga surpreso.

Assim como Éverton, 11 estradeiros de profissão nem sabiam por que aquele pároco de



A igreja ambulante muda o cenário do posto de Catalão - GO

## Dia 26 - Gratas revelações

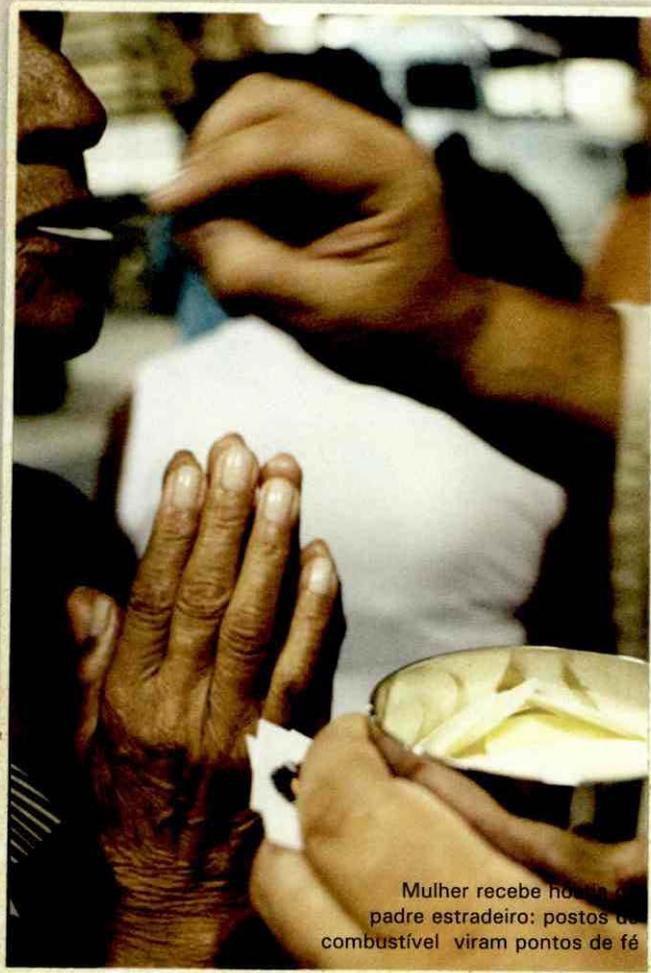
A presença do sujeito de barriga para fora da calça, sempre de camiseta social de manga curta, calça jeans, sandália, e rezador de missas pelos postos de combustível nas rodovias *brazucas*, é capaz de criar laços de companheirismo e cooperação, principalmente, com os empresários de postos. Na saída do padre, pela manhã, eles assinam cheques ou doam dinheiro para o religioso.

Despedida com pouca conversa, na segunda-feira.

E lá vamos nós para a estrada, na rodovia BR-050. Pela frente, 210 km até Patrocínio, na região do Triângulo Mineiro. Pelo caminho, muitas histórias. Muitas de caminhoneiro. Padre Miguel, assim como todos que abraçaram a causa até hoje, são padres vicentinos da Congregação da Missão Província do Sul, que incorpora os estados sulinos e Mato Grosso. Essa ala tem como seu mentor São Vicente de Paula, o apóstolo caridoso.

Natural de Contenda-PR, o padre foi seminarista em Araucária, na região metropolitana de Curitiba. Foi para a capital em 1975. E em 1993 veio a missão que iria alterar sua vida: após uma viagem de 15 dias como passageiro de seu antecessor, Zé da Estrada, decidiu ser padre caminhoneiro e assumir a tarefa. Hoje, já são 16 anos difundindo a fé pelas estradas brasileiras.

Quase que na mesma sintonia,



Mulher recebe hóstia do padre estradeiro: postos de combustível viram pontos de fé

além de padre, Miguel defende a classe caminhoneira sem pestanejar. “Procuramos visar esses trabalhadores que vivem em condições subumanas. Aconselhamos contra alcoolismo, prostituição, mas eles não são os únicos culpados. Você não vê eles frequentando motel.”

Amante de um chimarrão e de uma pescaria, padre Miguel diz ter visto

quase de tudo mundão a fora. “Há 10 anos, caiu um raio tão forte num posto em Santo Ângelo-RS, que levantou até bomba de gasolina. Conheço muitas histórias tristes também”. Já casou noivos, batizou criança, rezou velório. Tudo na estrada e por uma razão: “O mais gratificante é não ter rotina.”

A conversa estava boa, mas o pneu dianteiro fu-

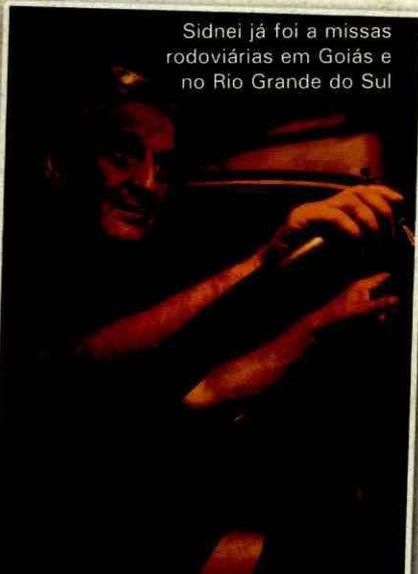
rou. Ainda bem que foi próximo do posto onde teria mais missa à noite. Demorou um pouco, mas paramos no posto Doidão, onde nos deparamos com relatos de fé e agruras na lida rodoviária.

O gerente do estabelecimento, Geraldo dos Reis, deu-nos uma prova cabal dessas histórias. Há três anos, ele sofreu um sequestro dentro do posto e foi levado para local ermo por três sujeitos armados, que roubaram todo o caixa e rederam caminhoneiros e funcionários. Mesmo temendo a morte, ele conseguiu voltar. Foi quando um frentista achou um crucifixo no pátio do posto. “Resolvi, a partir daquele dia, guardar esse amuleto e desde então nunca mais fomos assaltados. Acredito que a missa rodoviária também tem nos protegido. Fazemos questão de trazer os padres já há oito anos.” Sete caminhoneiros presentes na missa, em Patrocínio, também já haviam sido assaltados.

Dessa vez, uma rádio religiosa local transmitiu ao vivo a celebração, que contou com mais de 150 fiéis. Todos os caminhoneiros

presentes fechavam os olhos, crentes na bênção ao seu dia-a-dia. O curitibano Sidnei José Munhoz da Rocha tem 51 anos, 22 dos quais nas rodovias. Há 12 dias fora de casa, volta de Recife-PE após ter entregue uma carga de refrigeradores, em um Mercedes Benz 1525, de sua propriedade. Normalmente, a maioria dirige veículos das firmas empregadoras. Sidnei já ficou até 45 dias longe da família. Esta era a quarta vez que ele assistia a uma missa da pastoral. Preocupado com as intempéries das rodovias, o estradeiro ora. “Nessas missas, eu me sinto mais feliz”, comenta ele, que já teve o para-brisa do veículo baleado na estrada.

Após a missa, o padre jantou. Amanhã tem mais!



Sidnei já foi a missas rodoviárias em Goiás e no Rio Grande do Sul

Fim do trecho  
fé acesa

No quarto e último dia, o padre estava motivado em função do dia anterior. Então, era só pisar no acelerador, manter sua tradicional velocidade de 80 km/h e guinar rumo aos 228 km restantes para o fim de nossa trajetória, que findaria em João Pinheiro-MG. De lá, ele continuaria Minas afora. Atento na viagem, parou uma vez para tirar pedaços de arame que tinham se prendido ao caminhão. Mas a satisfação era evidente em seu rosto. Tamanha que até descontraíu de vez. Contou que costuma enviar mensagens por celular quando o time de padre Germano, o rival Coritiba, perde.

Ele também revela uma certa desconfiança da própria Igreja e sociedade com a Pastoral Rodoviária. “Para muita gente estamos perdendo tempo, passeando, nos chamam de caminhoneiros aventureiros.”

– Ah, o senhor que é o padre da missa no posto? Sua bênção! – um frentista do posto vizinho ao que receberia a missa noturna comprovou o contrário.

E como o padre é reconhecido, ao menos em seu habitat natural: a estrada. À tarde, no banho gelado – era o que havia – de outro posto, um caminhoneiro de Astorga-PR, que preferiu ser identificado apenas como César, descreveu essa espécie de popularidade. Diz que a missa é muito famosa e já até viu cartazes dela, nos postos, com um mês de antecedência. Eu mesmo já assisti duas vezes, uma vez no Paraná e outra no Mato Grosso. Nós precisamos muito de bênção, a gente vê muita briga de caminhoneiro disputando prostituta, acidentes, assaltos.”

Quando chegou a noite, mais uma missa. Dessa vez, até um canal de TV



O caminhão-capela de padre Miguel funciona para duas finalidades: trabalho e moradia

entrevistou padre Miguel. A celebração encontrou bastante fé no público, que compareceu à missa: ex-profissionais rodoviários e de maior idade. Como é o caso de Jorge Domingos Teixeira, 67, que entrou no ofício de transporte com caminhão aos 23. Ele vinha do Rio com tubos de aço para descarregar em Cristalina-GO. Como o veículo teve um problema mecânico, ele parou o caminhão, sem querer, no posto onde estava o padre. “Já assisti a três dessas missas no interior de São Paulo. Eu estava nervoso porque o óleo estava chei-

rando. Agora, com a missa, até já esqueci.” Católico, ele diz acreditar na proteção divina contra os males nas estradas. “Já tive dois acidentes graves. Num deles, o caminhão tombou no estado do Espírito Santo e fiquei sete meses sem poder andar.”

Terminada a missa, chega a hora de partir. Fomos embora, mas ele seguiu para o norte de Minas.

Por missa, ele distribui uma média de 60 terços e 40 estampas de Nossa Senhora da Estrada. São 3 mil hóstias por viagem. Apenas em outubro, até Catalão, foram 480 litros

de diesel. À frente do caminhão-igreja, com mais de dois anos de rodagem, foram 2.536 horas. Por ano, são mais de sete mil visitas a postos. Desses, 1,5 mil aceitam o trabalho, sendo palco de 480 missas por ano.

Porém, nem tudo são espinhos. Em meados de dezembro, o padre encerra sua viagem, volta a Curitiba, como geralmente acontece ao fim de todo mês, e segue para Piçarras-SC, numa casa de praia da congregação vicentina. Mesmo porque ninguém é de ferro. Ainda mais um padre estradeiro. Haja asfalto!

## O pioneiro da fé estradeira

O terceiro padre estradeiro é ninguém menos que o criador desse serviço, padre Mário Litewka. Aos 72 anos e devido a sérias complicações de saúde, não pega mais no volante. Mas ainda hoje frequenta congressos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), à qual está ligada a Pastoral Rodoviária, especificamente ao setor Mobilidade Humana – que também engloba as pastorais de imigrantes, marítimos, ciganos, circenses. De fala pausada, o pároco polonês veio morar no Brasil em 1962, já que era padre missionário. Apenas três anos depois, começou a maturar a ideia de promover algu-

ma ação em prol da categoria caminhoneira.

Do primeiro veículo destinado à pastoral, curiosamente uma Corcel Belina, até o primeiro caminhão, um Mercedes Benz 608, financiado pela ordem Adveniat, da Igreja Católica da Alemanha, Mário fez história, de 1976 a 1981, percorrendo sozinho o estado paranaense com a pastoral. “Desde o início, os caminhoneiros me adotaram, mas muita gente se perguntava na estrada: será que ele é vigário ou vigarista?”

Nesse período, sempre que voltava à terra natal, encontrava-se com um certo Karol Wojtyła,

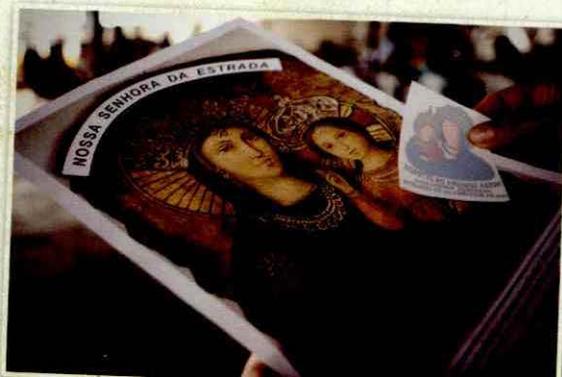
que se tornaria depois de alguns anos, o Papa João Paulo II. Os dois haviam se conhecido



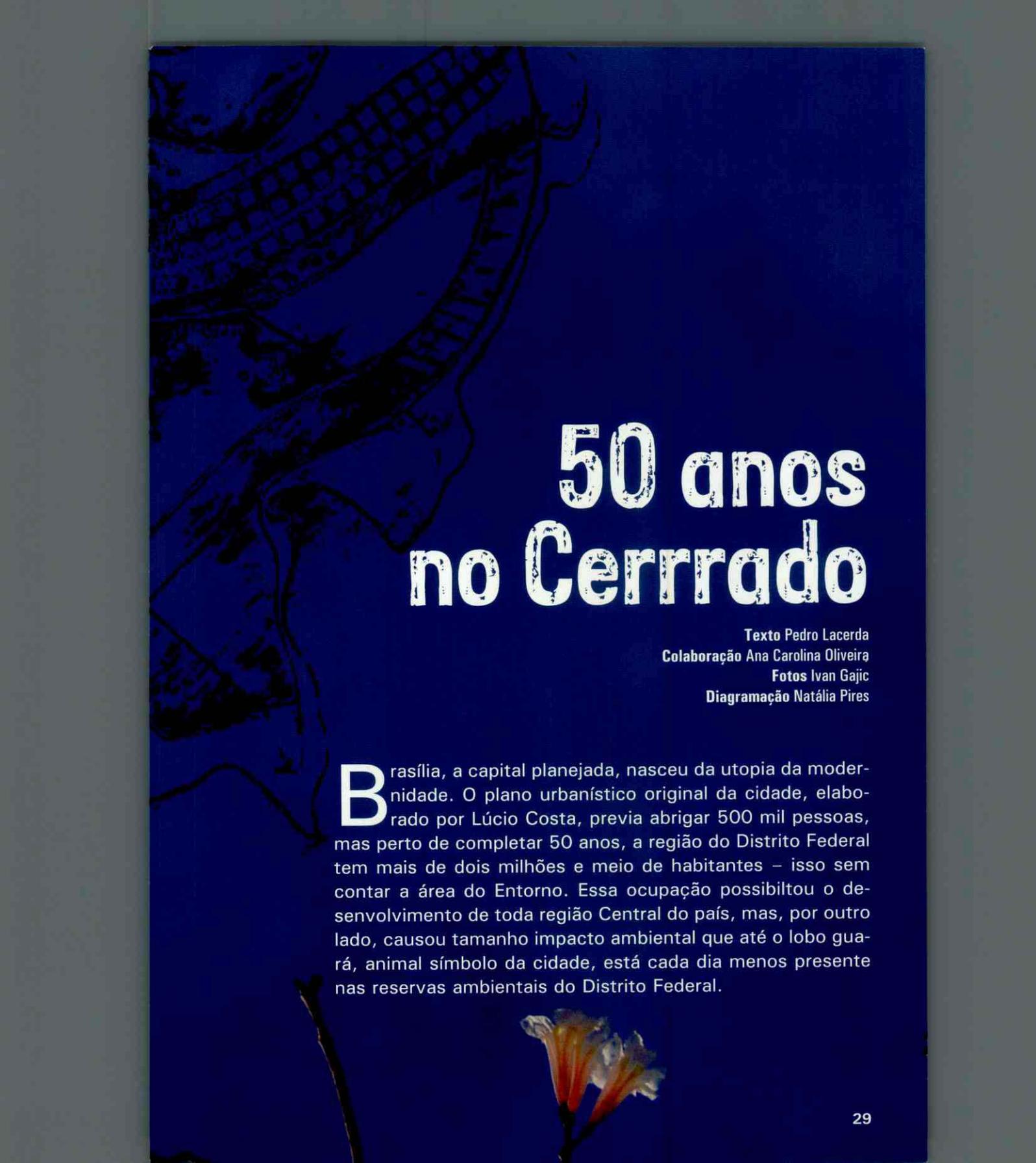
A cada posto visitado, o padre entrega estampas de Nossa Senhora da Estrada

na paróquia de São Floriano, em Cracóvia, sul da Polônia. Em 1979, já papa, em sua primeira viagem ao Brasil, Wojtyła convidou o padre a uma breve conversa e até brincou com sua barba: “Você está me lembrando Fidel Castro.”

Sete anos depois, aos 25 anos de ordenação, Mário voltou ao seu país e acabou se reencontrando com o papa. Chegou até a ser convidado para sessão particular de fotos e café. No café, uma surpresa: Wojtyła já sabia da pastoral. Em uma sala reservada, pediu ao padre que contasse a um grupo de pessoas, o trabalho nas rodovias brasileiras. ❖







# 50 anos no Cerrrado

Texto Pedro Lacerda  
Colaboração Ana Carolina Oliveira  
Fotos Ivan Gajic  
Diagramação Natália Pires

**B**rasília, a capital planejada, nasceu da utopia da modernidade. O plano urbanístico original da cidade, elaborado por Lúcio Costa, previa abrigar 500 mil pessoas, mas perto de completar 50 anos, a região do Distrito Federal tem mais de dois milhões e meio de habitantes – isso sem contar a área do Entorno. Essa ocupação possibilitou o desenvolvimento de toda região Central do país, mas, por outro lado, causou tamanho impacto ambiental que até o lobo guará, animal símbolo da cidade, está cada dia menos presente nas reservas ambientais do Distrito Federal.

a produção agrícola no cerrado. “As universidades também contribuíram, mas a Embrapa se destacou porque essa era sua missão”, afirma.

O pesquisador Djalma Martinhão trabalha na Embrapa Cerrados há mais de 30 anos. Ele conta que para viabilizar a produção agropecuária foi preciso desenvolver uma série de tecnologias, como a de correção de acidez, a adubação e adequação do solo, sistemas de plantio direto, rotação de culturas. “Nos anos 70, a produção de grãos nessa região era insignificante. Graças a essas tecnologias, hoje o cerrado é o maior produtor brasileiro de soja, milho e algodão, além de maior produtor de carne”, explica. “Na maioria das culturas nós temos uma produtividade tão boa quanto ou até melhores que em estados tradicionais na produção agrícola brasileira, como os da região Sul”, confirma o pesquisador da Embrapa.

Ao mesmo tempo em que a expansão da agroindústria contribuiu para o crescimento econômico do cerrado, ela intensificou a degradação do ecossistema com a abertura de novas áreas para o plantio e criação de gado, a destruição de nascentes e o esgotamento do solo com as monoculturas. De acordo com o professor de economia da UnB, Jorge Madeira, foi a partir da introdução da soja, trazida do Sul do país em 1984, que o desgaste ambiental começou a se intensificar. “A soja trouxe problemas muito sérios, tanto no que se refere

ao desmatamento quanto do esgotamento do solo”.

O ambientalista Luiz Mourão segue a mesma linha de raciocínio do professor Jorge Madeira. Para ele, é imprescindível um zoneamento econômico ecológico, de forma a delimitar o uso de cada área, impedindo o monocultivo em grandes latifúndios, e ao mesmo tempo incentivando a agricultura familiar. “Com isso você permite que as pessoas possam criar cooperativas e sobrevivam com sua produção, promovendo a distribuição de renda também no campo”, completa.

Na perspectiva da cidade, o geógrafo Mário Diniz Araújo, especialista em Zoneamento Ambiental e Recursos Hídricos, explica que o primeiro zoneamento do DF foi feito na década de 90, mas que não foi respeitado. O problema é conciliar os objetivos e interesses dos órgãos ambientais do governo e do setor imobiliário, que, segundo ele, é o que mais ameaça os recursos ambientais na cidade. Diniz afirma que o problema não é o crescimento em si, mas a má distribuição dessa população e a falta de um planejamento a longo prazo. Para ele, não existem políticas públicas efetivas que orientem a ocupação do solo.

### **Fazenda Água Limpa**

**CampusRepórter** visitou a Fazenda Água Limpa (FAL), na Área de Proteção Ambiental Gama/Cabeça de Veado, quando entrevistou Seu Cecílio. Durante a caminhada pela fazenda, o

mateiro para diversas vezes para mostrar plantas nativas. “Essa aqui é mangaba, nativa do cerrado. Purinha”, garante. Nosso fotógrafo se interessa por uma frutinha amarela, de aparência inofensiva, e estava pronto pra mastigá-la quando Seu Cecílio faz o alerta: “não come não, essa é a cagaita. Vai te dar uma dor de barriga miserável”, ensina com sua experiência de mateiro.

Apesar de ser uma área de proteção ambiental, a FAL não está livre de invasores. Seu Cecílio conta que quando trabalhava como vigilante na fazenda, sempre encontrava pessoas circulando na propriedade. “A gente pedia pra sair né. Agora eles aí – aponta os guardas contratados – são mais rígidos. Eu ia na base da conversa, explicava que é uma área de preservação ambiental. Eles acabam entendendo”.

Pergunto como o mateiro vê o desmatamento do cerrado. “Rapaz, eu acho que cada vez que você tira uma florestinha, uma árvore que seja, você tá maltratando a natureza, sabia?”. E continua: “Eu acho que antes tinha mais animais. Hoje em dia eu vejo muito pouco. O lobo eu nunca mais vi”, atesta Cecílio enquanto mostra a lobeira, uma das frutas prediletas do lobo-guará.

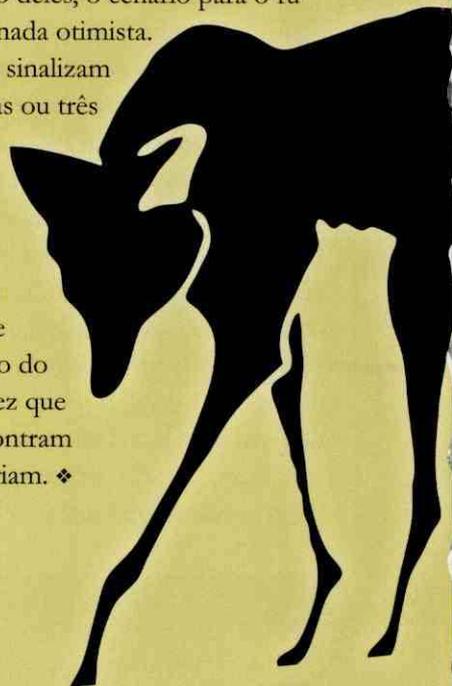
O professor de Zoologia da UnB, Jader Marinho Filho, já participou de diversos estudos que comprovam a percepção de Seu Cecílio. O mais recente foi desenvolvido nas três principais áreas de preservação do DF: a área Gama/Cabeça de Veado, a Estação Ecológica Águas Emendadas e o Parque Nacional de Brasília. Jader confirma que há dez espécies de mamíferos do cerrado que correm maior risco de extinção,

se nada for feito para combater a devastação proporcionada pela expansão urbana e das fronteiras agropecuárias. “No DF, a maior parte da fauna nativa ficou restrita aos três blocos remanescentes. Todas em maior ou menor grau encontram-se ameaçadas de extinção a curto, médio e longo prazo”. O lobo-guará é um exemplo crítico: em 2002, um estudo mostrou que havia apenas dez lobos na Estação Ecológica de Águas Emendadas, que fica a 44 km de Brasília.

Luiz Mourão explica que, com o crescimento da cidade, as unidades de conservação ficaram afastadas umas das outras, fechando os corredores ecológicos que permitiriam a circulação dos animais entre as áreas protegidas. O professor Jader define essas unidades como “ilhas de cerrado”, cercadas por áreas altamente urbanizadas. “Os animais que se aventuram correm grandes riscos, da própria natureza, do homem, dos carros que cortam rodovias”, afirma.

Na visão deles, o cenário para o futuro não é nada otimista.

Os estudos sinalizam que em duas ou três décadas teremos animais totalmente ilhados nas unidades de conservação do DF; uma vez que não se encontram e não procriam. ♦





Seu Cecílio mostra a fruta da lobeira, apreciada pelo lobo-guará, animal símbolo de Brasília, que não é mais visto na região

Pesquisa de doutoramento de Keila Macfadem, orientada por Jader Marinho (Instituto de Biologia/UnB) identificou dez espécies não encontradas, ou que estão sob risco de extinção, nas três principais reservas ecológicas do DF:

|               |               |
|---------------|---------------|
| Tatu-peba     | Furão         |
| Guariba       | Lontra        |
| Porco-espinho | Gato-do-mato  |
| Capivara      | Gato-maracajá |
| Guaxinim      | Veado-mateiro |

# A FOME DO PROGRESSO

Texto Flávia Maia  
Fotos Janine Moraes  
Diagramação Talita Ferreira

Após 27 anos, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão, não conseguiu cumprir as promessas de modernidade ao município. A cidade tem um dos menores indicadores sociais do país e precisa resolver a herança criada pelas agrovilas: remanescentes de quilombolas deslocados para a construção da base de lançamento. Hoje, essas pessoas sofrem com a fome e a ociosidade conjuntural. O trauma social tem barrado os ambiciosos planos brasileiros de alugar a área para lançamentos comerciais de satélites. Em outubro de 2009, equipe da **CampusRepórter** visitou o CLA, duas agrovilas e três comunidades remanescentes de quilombolas que serão atingidas caso aconteça a expansão da base.





A produção de farinha de mandioca é uma das atividades econômicas dos moradores das agrovilas

**T**erra de santo. Terra de proprietário. Território de preto. Assim era demarcada Alcântara pelas comunidades que ali viviam. Agora é terra também de foguetes. Mas nunca deixou de ser a terra de sonhos. Nas últimas décadas os sonhos se tornaram divergentes. De um lado o território tradicional, símbolo de liberdade dos primeiros escravos fugidos ou abandonados. Do outro, a “janela brasileira para o espaço”, lema da vontade de inserir o Brasil na rota espacial mundial.

A história do conflito na região vai completar 27 anos. O projeto do CLA começou a ser desenhado em 1982 e em 1986 ocorreram os primeiros deslocamentos de povoados. Até 1991, 312 famílias de 23 povoados foram agrupadas em sete agrovilas. Hoje o município colhe os problemas sociais dessa mudança não planejada: Alcântara amarga 55% de incidência de pobreza, quase o dobro da média brasileira de 28%.

Mas o caos social trazido pelas agrovilas só ganhou visibilidade em 1995, quando o Brasil começou a colocar em ação a terceira fase do Programa Nacional de Atividade Espacial. Ele prevê cooperação internacional e expansão da base, com troca do espaço privilegiado pelo intercâmbio de tecnologia. Assim, as comunidades que seriam realocadas primeiro, Mamuna, Brito e Baracatiua, uniram-se contra a expansão. “O que incomoda é negociarem tudo como se a gente não existisse”, conta Maria de Fátima Ferreira, 54 anos, líder do povoado Mamuna.

Para garantirem o direito à terra, as comunidades fizeram barricadas e acionaram a justiça nacional e internacional. Graças a essa movimentação conseguiram, por laudo antropológico, que a área fosse considerada pelo Incra território quilombola.

Com isso, os 62 mil hectares desapropriados para o CLA não podem ser me-

xidos até que a Presidência da República decida como o caso será resolvido. Mas, como o acordo Brasil-Ucrânia já estava assinado, a saída às pressas foi a construção da empresa bi-nacional Alcântara Cyclone Space (ACS) dentro da base. Atitude que não agradou aos militares. “Toda essa área já foi desapropriada para Aeronáutica, não era preciso colocar a Cyclone aqui dentro”, afirma o coronel-aviador Nilo Andrade, atual diretor do CLA.

“O problema foi resolvido a curto prazo, mas se vierem novos países interessados vamos negociar com as comunidades”, diz Himilcon de Castro, diretor da Agência Espacial Brasileira. “Eu não entendo por que o Brasil quer colocar países estrangeiros em lugares estratégicos. E a questão de segurança nacional? Sei não, só sei que a gente não sai daqui de jeito nenhum”, afirma Leonardo dos Anjos, 59 anos, líder de Brito.

### Agrovilas

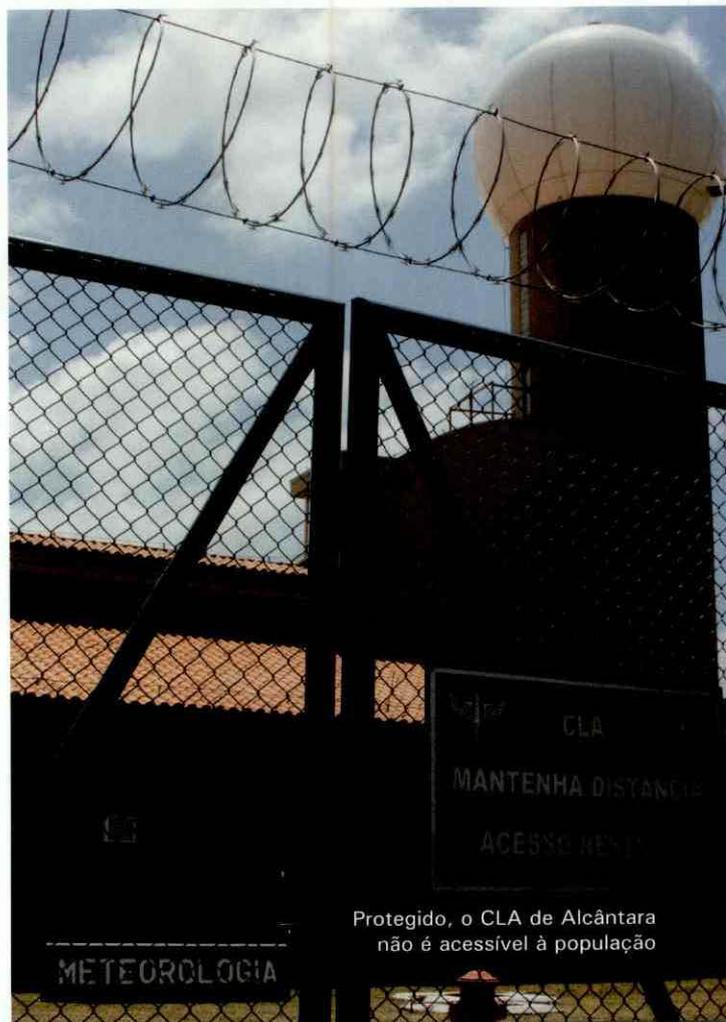
As casas são de alvenaria e algumas agrovilas têm sistema de distribuição de água, uma melhoria no sistema de higiene. Mas o que

prevalece é a pobreza e o descaso público. Um retrato antigo, porque mesmo antes dos deslocamentos, Alcântara era uma cidade esquecida pela República.

Nos antigos quilombos, vivia-se da pesca, de frutas e da roça de toco - prática secular em que o mato é queimado e retirado para iniciar o roçado. Cenário incompatível com as pretensões intergalácticas dos militares. Por isso, a solução encontrada para povoados “tão atra-

sados e pobres”, com casa de pau-a-pique e produção rudimentar foi propor habitações de alvenaria.

As famílias começaram a se mudar em 1986, época em que, por decreto federal, o módulo de terra da cidade passou de 35 para 15 hectares e as famílias receberam porções de terra menores que as combinadas. Marcus Diniz, 39 anos, hoje presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

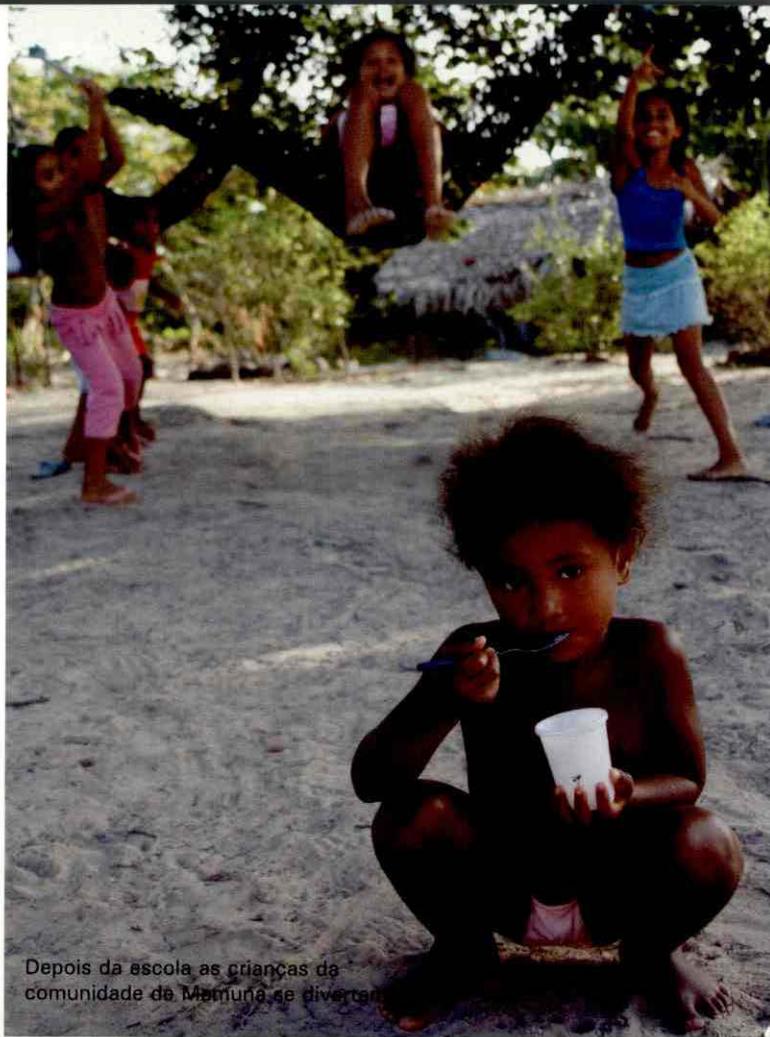


Protegido, o CLA de Alcântara não é acessível à população

de Alcântara, lembra-se da mudança e não consegue perdoar a falta de assistência. Longe do mar, sem roçado produtivo ainda, sem conhecimento da região e sem dinheiro, as pessoas não tinham como se alimentar. “No primeiro dia eles deram um marmitex, no segundo, a família tinha que se virar. Sem saber onde era o igarapé, onde ia”, lamenta.

A agrovila Peru tem quatro ruas onde vivem os antigos moradores de quatro comunidades quilombolas. Para compensar a falta de um rio foram construídos tanques de tijolos para a mandioca ficar de molho, prática de produção da farinha, principal fonte de alimento. A roça de toco ainda é realidade e, se antes o solo descansava 15 anos da queimada, hoje, descansa menos de cinco, por causa da diminuição do módulo de terra e do crescimento das famílias.

Assim, a produção é pouca e o complemento alimentar vem da compra de produtos quilombolas. “Aqui eu tenho dinheiro, lá não tinha. Mas eu gasto com comida que aqui não tem. Lá tinha bagre, paca,



Depois da escola as crianças da comunidade de Mamunã se divertem.

veado, pronto para ser caçado e comido”, recorda-se Otaviano Ferreira, 72 anos, morador de Peru. Em outras agrovilas, a maioria das pessoas vive de Bolsa-família - que gira em torno de R\$ 90,00 mensais - e/ou de aposentadorias - no valor de R\$ 465,00.

Para voltarem às antigas terras e chegarem ao mar para pescar, ou mesmo visitar os mortos no

cemitério local, as pessoas das agrovilas precisam pedir autorização para a Aeronáutica. “Eu não tenho o crachá que eles pediram para fazer, aí eu uso o do meu sobrinho”, conta José Carlos Cruz, 45 anos, que pesca, caça e faz seu roçado onde ficavam as antigas terras de Pepital. “Vocês vão contar alguma coisa para eles?”, pergunta ele à equipe da **CampusRepórter**.

Givânia Silva, coordenadora de regularização dos territórios de quilombo do Incra, critica não só a criação das agrovilas como a falta de políticas públicas para elas. “Foi uma interferência radical. Lá tem problema de fome porque tiraram as pessoas de um lugar e as amontoaram em outro, não ensinando nenhuma nova prática de manejo”. A situação se agrava em casos como o de Peru que enfrenta inadimplência por causa de empréstimos para comprar semente e maquinário. “As agrovilas são comunidades frágeis porque foram impostas, então problemas como dívidas deixam a situação mais preocupante”, explica Sérvulo Borges, líder do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (Mabe).

Apesar da fragilidade social, entre os mais jovens a sensação é de conforto e nenhuma possibilidade de retorno. Afinal, a higiene e os serviços como atendimento médico, escola e energia elétrica chegaram a essas populações. “Eu tinha ido trabalhar em casa de família em Brasília, quando cheguei, já tinha mudado e eu achei tudo bem melhor”, conta Lucélia Silva, 35 anos.



### **Sem plantar, o que comer?**

Nas comunidades quilombolas a realidade é bem diferente das agrovilas. A água utilizada ainda é do rio, a maioria das casas é pau-a-pique e folha de pindova, e a energia elétrica e telefonia são recentes. Em comunidades como Baracatatiua a energia ainda nem chegou e não há escola. Mesmo assim esses povoados não querem ser realocados. “A gente não quer sair daqui, queremos que nosso lugar fique melhor”, desabafa Raimundo Catanhede, 54 anos, líder de Baracatatiua.

Antes da chegada da base, as comunidades tinham um modelo sustentável de produção porque conheciam a região e sabiam manejar seus recursos. Com a interiorização de comunidades pesqueiras, não só os hábitos dessas comunidades mudaram como a de outras que não foram deslocadas. “Temos uma quebra do equilíbrio de produção da região” analisa a antropóloga Maristela Andrade, perita da comissão interamericana que julga o caso de violação dos direitos humanos nas agrovilas.

Em Mamuna, por exemplo, havia duas espécies de sururu - molusco comestível - mas hoje só tem uma. Segundo os moradores as mulheres das agrovilas urinam na água e o bicho morre. “Até para comer peixe eles têm que comprar aqueles que a gente aprecia menos”, conta Maria de Fátima. ❖

Texto Yvna Sousa

Ilustração &amp; Diagramação Gabriel Braga

Foto 1 Lara Ovídio

Fotos 2, 3, 4 Lourenço Cardoso



# Baiana. Guerreira

Na fala de Maria Lucia Pinto Leal quase não há pontos finais, ela sempre emenda um assunto no outro. Deve ser porque, atuando na área da defesa dos direitos da criança e do adolescente há mais de 25 anos, ela tem inúmeras histórias, críticas e contribuições para o assunto. Professora da Universidade de Brasília há 16 anos, a baiana que adotou Brasília como cidade natal e espa-

ço de estudo traz das ruas para a Academia a preocupação com crianças e adolescentes que têm os direitos violados de diversas formas, como o abuso e a exploração sexual. Contrária a usá-las somente como fonte de pesquisas, Maria Lucia as ampara por meio de ONGs e projetos acadêmicos que ajudou a criar, permitindo que elas se percebam como sujeitos de direito. Ao mesmo

tempo, ela reúne dados e leva ao Governo, para subsidiar políticas públicas.

Usando o “nós” no lugar do “eu”, Maria Lucia Baiana, como é conhecida pelos pares, conversou com **CampusRepórter** sobre sua história de defesa da infância e da adolescência. Teceu críticas às políticas públicas do Brasil para o setor e demonstrou ter disposição para muitos outros anos de luta.

**Como você começou a se interessar por esta área?**

A criança e o adolescente se apresentaram como objeto de estudo, reflexão e militância para mim depois que eu me graduei em Serviço Social e fui trabalhar na Fundação de Serviço Social do Distrito Federal (atual Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho), em 1984. Minha primeira atuação foi com crianças e adolescentes da favela da Boca da Mata, que existia em Taguatinga, num programa que fazia atendimento no horário contrário à escola. Depois disso, trabalhei com crianças e adolescentes em situação de rua e adolescentes autores de infração penal da Colméia, no Gama, que hoje é a prisão feminina. O trabalho que fizemos lá foi muito importante porque conseguimos desmontar o projeto prisional repressivo daquela instituição. Nós fomos a primeira experiência de semi-liberdade do DF.

**Nessa época, o combate à exploração sexual de crianças e adolescen-**

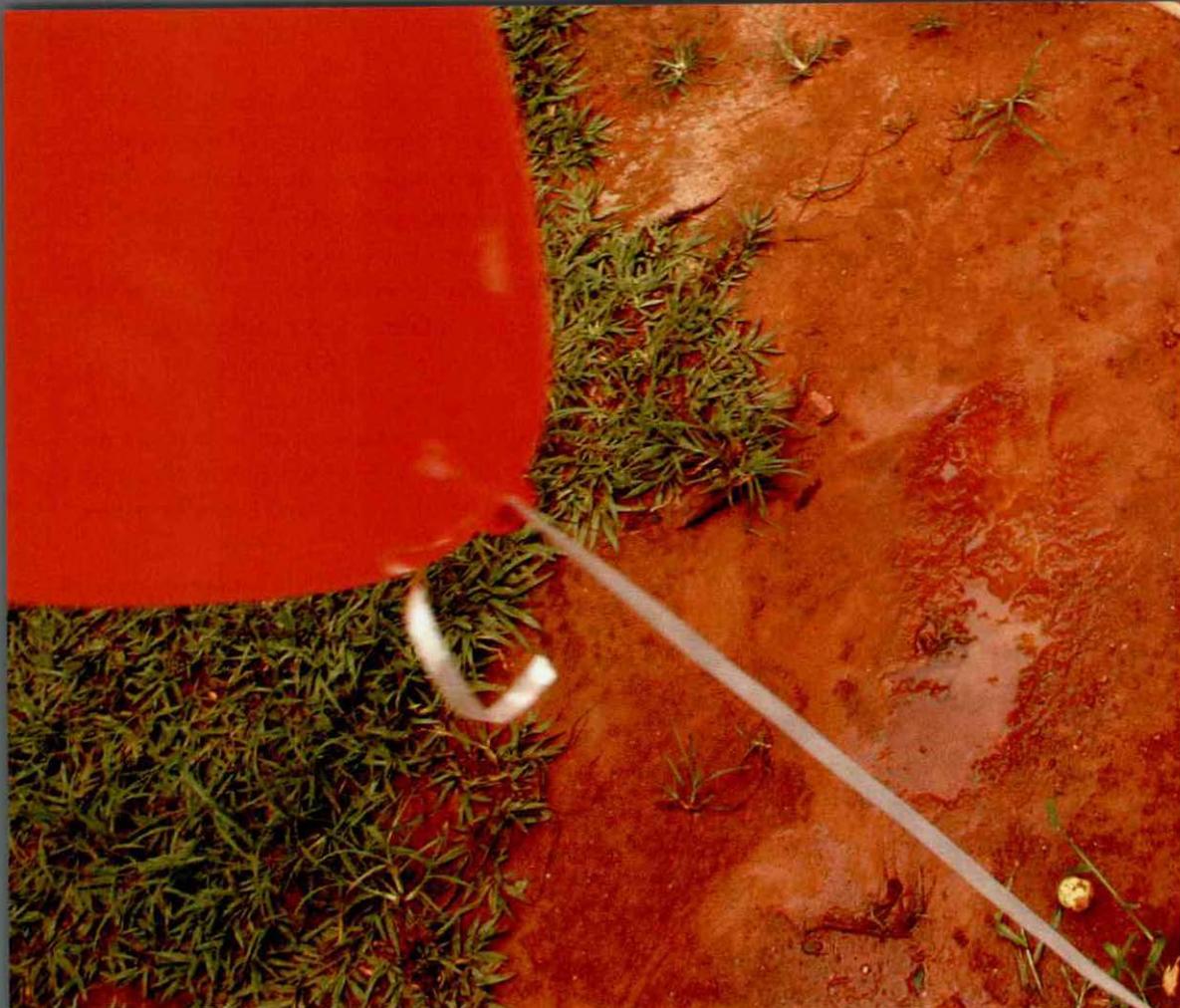
**tes não tinha a atenção necessária por parte do Governo e da sociedade. Isso acontecia por desinteresse, falta de conhecimento ou “vista grossa”?**

É um conjunto de tudo isso. Na verdade, essa questão não estava agendada como prioridade nem mesmo dentro dos movimentos sociais. Havia agendas mais clássicas, como trabalho infantil, menores autores de infração penal e meninos de rua. Antigamente, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes eram tão escondidos debaixo do tapete que as pessoas não partilhavam do compromisso e da solidariedade da causa. Elas achavam que era somente dever da família combater essas violações.

**Quando essa questão entrou na agenda política e social do país?**

Em 1996, quando nós realizamos, em abril, o Seminário das Américas aqui em Brasília. Foi um preparatório para o I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, que seria realizado em agosto daquele ano em Estocolmo (Suécia). O Congresso tinha como metodologia realizar consultas regionais nos continentes. Naquela época eu fazia parte do Cecria (Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes), ONG que ajudei a fundar, e já estávamos, há um ano, organizando um encontro interamericano aqui no Brasil. Pois bem, a Bolívia, que seria encarregada da consulta regional, não conseguiu cumprir o compromisso e nós assumimos a coordenação do evento. O Seminário trouxe mais de 1.500 pessoas de todos os países.





Dali saiu a Carta de Brasília, que apresentava as solicitações e propostas das Américas contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Isso teve uma grande repercussão no noticiário local e nacional. Foi ali que conseguimos agendar, internacionalmente, a preocupação do Brasil nessa questão.

**Mas antes disso, em 1991, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) havia sido promulgado. Ele não é um marco para a defesa dos direitos da infância e da adolescência?**

O ECA, sem dúvida, é um instrumento que temos que defender. Mas o mais importante é colocá-lo em prática. Nós já temos 19 anos de ECA e não podemos nos prender a esse formalismo de querer mudar seus artigos quando isso não se traduz em mobilidade social para a infância e a adolescência. Isso não é estratégico, não é minha luta agora, nem nunca foi. Estratégico, para mim, é o Estado encontrar formas de qualificar e ampliar o acesso das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, e suas famílias, às políticas públicas.



**Na sua avaliação, o que inviabiliza a efetividade das políticas públicas voltadas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes?**

Um dos principais problemas é a falta de integração entre elas. A escola não conversa com o posto de saúde, que não conversa com o Conselho Tutelar... Em 2004, nós realizamos uma pesquisa muito importante, a Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Nós provamos que em 930 municípios

havia sido denunciada a presença de exploração sexual, abuso e tráfico de crianças e adolescentes. Identificamos que há um padrão mínimo de atendimento, mas os programas têm uma atuação muito setorial, fragmentada e não promovem a inclusão social das vítimas. Neste ano, o Violes/UnB (Grupo de pesquisa sobre violência e exploração sexual comercial de mulheres, crianças e adolescentes) vai assinar um convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República para atualizar a Matriz, ampliando a base de municípios.

Embora isso seja importante, outro problema é que não temos indicadores para avaliarmos quantas crianças e adolescentes nós efetivamente conseguimos interromper a trajetória da violência sexual. Nós temos um Disk-De-núncia que recebe ligações do Brasil inteiro. Mas não sabemos o que aconteceu com aquela criança de um município do interior de um estado qualquer.

**Qual o perfil destas crianças e adolescentes?**

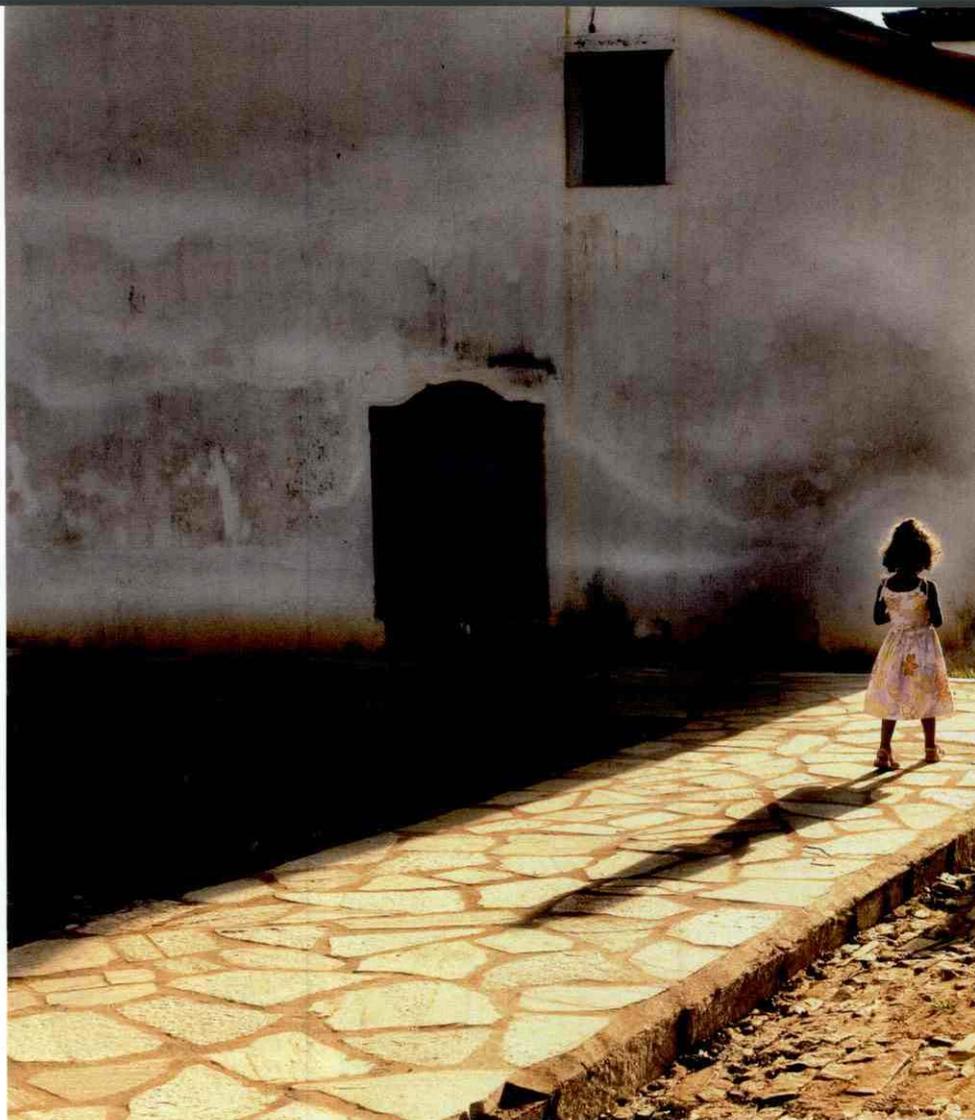
A maioria vem de classes populares, são afro-descendentes e têm baixa inclusão nas políticas pú-

blicas. Outra constatação interessante é que, o que ganham eles gastam com bens sociais, como celular, roupa de marca, tênis. Essas crianças também sofrem um conjunto de violências associadas. Não dá para pensar em enfrentar essa questão fechando os olhos para as outras violências, como a violência doméstica, o abuso sexual, o trabalho infantil, os estigmas e preconceitos sociais, as relações familiares enfraquecidas. Não tem como fatiar essa criança. Esse conjunto de violações os torna presas muito fáceis para toda sorte de exploração.

**Na sua opinião, é preciso ampliar a aproximação entre a Universidade, a sociedade e principalmente o governo?**

Desde 1993, quando entrei como professora na UnB, entendi que minha participação na Universidade, além de refletir teórica-metodologicamente sobre as questões sociais, deveria ser de continuar lutando pelas crianças e adolescentes no contexto do DF. E fazendo essa ponte entre Universidade, Sociedade e Poder Público. A Universidade, enquanto instituição social, tem esse potencial por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão. Agora,





ela tem feito isso de forma desarticulada. Na UnB, por exemplo, tem ótimos professores trabalhando nisso, mas não há um diálogo entre nós. E esse diálogo precisa ser dinamizado. Por isso, temos a proposta de criar o Observatório da Criança e do Adolescente na UnB, que vai mapear as ações e projetos na área da infância dentro da Universidade.

**Nessa área que evolui a passos lentos, a defesa dos direitos da criança e do adolescente é uma luta inglória?**

Não, eu faria tudo de novo. Essa é uma luta permanente. A defesa dos direitos da criança e do adolescente, seja contra a exploração sexual, o trabalho infantil ou outros crimes não é uma razão individual. É social. Minha trajetória só tem mostrado que essa construção, essa perseverança e a nossa permanente resistência em dizer não às injustiças sociais, principalmente contra crianças e adolescentes, é o que deu base para, hoje, estarmos mais mobilizados e mais conscientes. ❖

## croniculas por Edmundo Brandão

Nascido em Caxambu, no sul de Minas Gerais, Edmundo Brandão Dantas é formado em engenharia de telecomunicações e economia e tem especialização em marketing. Professor do Departamento de Publicidade da Faculdade de Comunicação, o autor destas crônicas tem como sonho de consumo voltar pra Caxambu e “numa casa confortável e arejada, com uma varanda enorme”, conectado ao mundo, escrever, escrever, escrever. E se cansar, pegar uma viola caipira e tocar umas modas, “que é pra mode me esquecer da vida”.



### A PRAÇA



As rosas carregam os olhares das manhãs. Na praça, uma araucária faz charminho. Uma árvore, sentindo-se abandonada, derrama suas folhas e rosna para mim. Nada que não possa ser consertado: faço um carinho nela e ela dá saltinhos de felicidade. As águas ensaiam um “Quebra-Nozes” em cício. Vão e vêm, vão e vêm, sibilantes na sonolência do acaso.

Um homem desafia borboletas, mas é logo instigado a contar formigas. Estas, por sua vez, não estão nem aí, entretidas em transportar uma perninha de louva-a-deus pra debaixo de uma palmeira com Alzheimer.

O rio mostra a língua, faz pum bem na cara dos coçadores de saco que desabafam seu não-fazer.

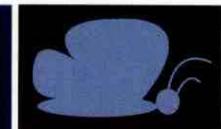
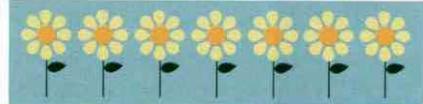
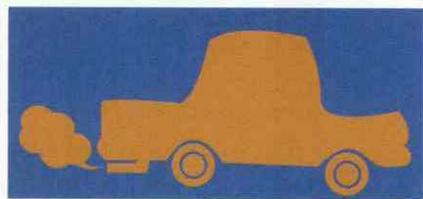
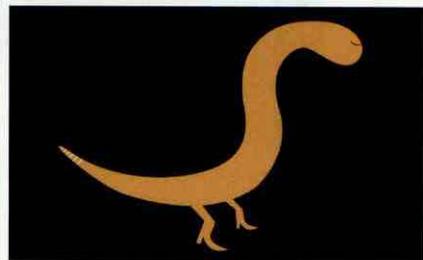
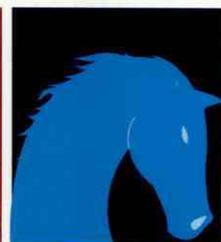
Todo mundo passa, até boi e boiada, naquela rua logo ali em frente, com pedrinhas, com pedrinhas de brilhantes e malcheirosas fezes de cachorro.

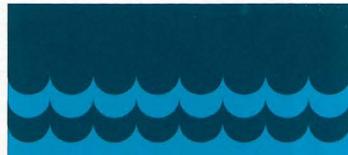
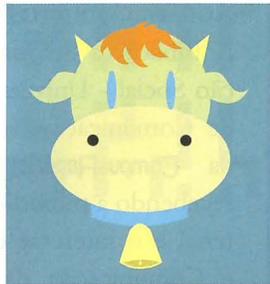
Assim se passa mais um xis na folhinha do Sagrado Coração. Arranco a folha, rezo a oração do dia e faço pose de jogador de basquete: arremesso e... cestaa!

A certeza das incertezas é tanta e tão presente que ali, sentado no banco de madeira, começo a catar as minhocas de minha cabeça. Penso demais, até que o mundo me mande um perdigoto. Que cheira ao cocô de uma rolinha pendurada no fio: “Fogo pagô! Fogo pagô!”

É sempre assim em minha praça, em meus lugares, debaixo dos meus colchões da infância, tudo escondido no antro mais recôndito da cachola.

Digo amém e que assim seja etcétera e tal, um barulho ensurdecedor traz a propaganda de uma casa de móveis, a voz de lata do locutor amarrada à garupa de uma moto azul-marinho. O espaço é assim. As margaridas, as dâlias e as gérberas disputam o espaço com o escapamento dos carros e tentam oxigenar com seu perfume inexistente, o brejão da corrutela. Numa açucena fora de cenário, saracura diz que não. Meu coração só diz sim naquela praça.





## FAZENDA

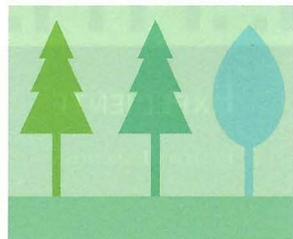


Todos os dias, mais ou menos no horário em que o sol faz a sesta, os rios descansam sob a sombra das árvores. Nesses momentos de grande intensidade, em que pese aparentes desacontecimentos, os pássaros se exercitam nos trapézios, as lebres fazem tricô, as cobras desejam pernas. Bois e vacas, enfarados, ruminam chicletes. Os cavalos e as éguas pisam no freio.

É assim, exatamente, que as coisas desacontecem.

Sob a sesta do sol, o mundo se traveste em minúsculos carnavais. As lesmas escrevem seus nomes com sua caligrafia de gosma, as minhocas espreguiçam sob a terra, os morcegos regurgitam o guincho. Ninguém quase que não vê isso tudo. É pura conspiração, pura inconfidência. São ordens da Natureza ao avesso. Coisa de carrapatos, formigas, grilos e marimbondos.

## AVOARLS



Diz que quando os bichos falavam, os homens avoavam. Não precisava, portanto, de avião (o que deve ter gerado grande desemprego no setor de aviação. Mas estes são detalhes econômicos, que não vêm ao caso).

Os homens avoarem era uma coisa muito importante. A gente olhava pro céu e via aquele montão de gente avoando. Parecia uma esquadrilha de anjos. Até que um dia, Deus acordou de ovo atravessado, assinou um decreto num papel feito de nuvem, calou os animais e deu voz de Torre de Babel a cada um deles.

Os homens ficaram cabreiros e, por via das dúvidas, para não pisarem nos sensíveis calos do Criador, arresolveram não avoar mais.

Achei uma sábia decisão, pois, se assim não fosse, Santos Dumont passaria pela terra (sem trocadilhos) em brancas nuvens, não teria inventado o avião e o Brasil não seria o berço do Pai da Aviação. Não existiria helicóptero nem foguete, muito menos comissários de bordo e aeromoças. Em compensação, desenvolvemos o sonho. E assim, mesmo sem asas, continuamos a avoar.



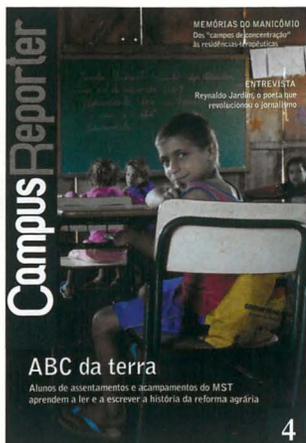


foto capa: Janine Moraes

## AGRADECIMENTOS

A Biblioteca Setorial do Departamento de Comunicação Social - Universidade de Taubaté e a Coordenação de Comunicação Social Uniabc agradeceram o envio da **CampusRepórter** número 4 e solicitaram continuar recebendo a publicação. Ressaltaram a qualidade do material e o interesse dos leitores. A Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade Santa Cecília também agradeceu o envio da revista: "Ao mesmo tempo, servimo-nos da presente para parabenizar a excelente qualidade dos materiais jornalísticos apresentados, em especial à produção fotográfica da aluna Janine Moraes, que ilustrou com técnica apurada e sensibilidade a capa e contra-capa da referida publicação".



## ENTREVISTA NO TREM

Adorei a entrevista no Trem Vitória-Minas, Agradeço. Grande abraço às meninas. Recebi as revistas. Vou levar pra os entrevistados. Obrigado à Patrícia Banuth e à Yvna Sousa.

**Maria de Lurdes Benedito**  
Contagem - MG

## EXPEDIENTE

**EDITORA EXECUTIVA** Márcia Marques | **EDITORES** David Renault, Dione Moura, Gabriela Freitas, Lourenço Cardoso, Márcia Marques | **SECRETÁRIA DE REDAÇÃO** Yvna Sousa | **REPÓRTERES** Ana Carolina Oliveira, Cristiano Zaia, Felipe Néri, Flávia Maia, Núbia Lima, Pedro Lacerda, Yvna Sousa | **FOTÓGRAFOS** Alexandre Bastos, Ivan Gajic, Janine Moraes, Lara Ovídio, Lourenço Cardoso, Naiara Leão | **ILUSTRADORES** Gabriel Braga, Leonardo Muniz | **PROJETO GRÁFICO** Gabriel Braga, Leonardo Muniz, Natália Pires, Talita Ferreira | **REVISOR** José Luiz Silva | **CAPA** Lara Ovídio | **AGRADECIMENTOS** Alessandro Mendes, Carmen Souza, César Puertas, David Morante, Decanato de Assuntos Comunitários, Dorivan Antônio Duarte, Embrapa Cerrados, FINATEC, Heli Oliveira de Araújo, Juliana Reis, Loreto Novoa, Maria Aparecida Rosa Duarte, Mototaxistas Itamar, Taquinio e Pedro, Restaurante Palácio dos Nobres (Cleide, Karina e Regiane), Rodolfo Noriega, Saturnino Moreira Castro, Secretaria da FAC/UnB (em especial a Ivoneide Brito)

**CampusRepórter** é uma revista de reportagem semestral, produzida por professores e alunos das disciplinas Laboratório **CampusRepórter** e Oficina Avançada de Planejamento Gráfico da Faculdade de Comunicação da UnB. Ano 3, nº 5, 2009. Pela iniciativa acadêmica, a Revista ganhou os prêmios: Expocom Centro-Oeste (2007), Expocom Nacional (2008) e Prêmio Engenho (2009).

Faculdade de Comunicação/UnB | **DIRETOR** David Renault  
Campus Universitário Darcy Ribeiro, Faculdade de Comunicação, ICC Ala Norte, CEP: 70.910-900. Brasília/DF  
Caixa Postal: 04660 | Telefone (61) 3307-2461 | E-mail: reporter-campus@gmail.com | www.fac.unb.br

Impressão Athalaia Gráfica e Editora | Tiragem 4 mil exemplares

Darcy está na rede. Navegue:  
[www.revistadarcy.unb.br](http://www.revistadarcy.unb.br)

**DARCY**

REVISTA DE JORNALISMO CIENTIFICO E CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE BRASILIA

# FINATEC



A **Finatec**, desde a sua fundação, promove e apóia o desenvolvimento científico e tecnológico, a transferência de tecnologia, a pesquisa e a pós-graduação. Entre as atividades que visam a concretização dos objetivos da Fundação está o **Programa de Fomento**, que possibilita aos professores, pesquisadores e alunos da Universidade de Brasília (UnB) participarem de eventos científicos, desenvolverem pesquisas e promoverem seus trabalhos acadêmicos, adquirindo experiência e transmitindo conhecimento.

A **Finatec** é pioneira no lançamento de editais de fomento à pesquisa. O **Programa de Fomento**, o primeiro criado no país no âmbito das fundações de apoio à universidade, foi implantado no ano de 2000.

Até hoje, o Programa de Fomento da Finatec já concedeu 1.670 benefícios a professores e 315 a alunos de pós-graduação da UnB. Anualmente, a Finatec publica, por meio do Programa de Fomento, seus editais destinados a apoiar a comunidade de docentes e discentes da Universidade de Brasília, possibilitando uma participação em condições de igualdade à toda a comunidade acadêmica.

## FINATEC

FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS  
CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS

